



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA
CAMPUS – CAJAZEIRAS**

TATIANA IZABEL DE SÁ

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DO ALUNO COM SURDEZ

CAJAZEIRAS - PB

2015

TATIANA IZABEL DE SÁ

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DO ALUNO COM SURDEZ

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Ms. NOZANGELA MARIA ROLIM DANTAS

CAJAZEIRAS – PB

2015

TATIANA IZABEL DE SÁ

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DO ALUNO COM SURDEZ

Monografia aprovada em 05 de março de 2015

BANCA EXAMINADORA

Profª Ms. Nozangela Maria Rolim Dantas (UFCG)
(Orientadora)

Profª Ms. Maria Janete de lima (UFCG)
(Examinadora Titular)

Profª Esp. Maria Ioneida Ramalho Bueno (UFCG)
(Examinadora Titular)

CAJAZEIRAS - PB

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730

Cajazeiras – Paraíba

S111p Sá, Tatiana Izabel de

O processo de alfabetização e letramento do aluno com surdez. /
Tatiana Izabel de Sá. Cajazeiras, 2015.

31f.

Bibliografia.

Orientador (a): Ms. Nozângela Maria Rolim Dantas. Monografia
(Graduação) - UFCG/CFP

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Educação inclusiva. 4. Surdez. I.
Dantas, Nozângela Maria Rolim. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU 37.014.22:376

AGRADECIMENTOS

- ✓ A Deus que me dá luz para fortificar minha fé, força para enfrentar os obstáculos da vida e coragem e sabedoria para seguir nos estudos;
- ✓ A minha mãe e meus filhos pelo apoio constante;
- ✓ Aos mestres, que com toda dedicação me passaram conhecimentos, sabedoria, experiências, e críticas, quando necessário;
- ✓ Aos amigos, pelo brilho da amizade, que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho;
- ✓ A todos que contribuíram para realização deste trabalho,

Meu muito obrigada.

A identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual, essa diferença precisa ser entendida não como uma construção isolada, mas como construção multicultural.

Quadros(1997)

RESUMO

O trabalho intitulado “o processo de alfabetização e letramento do aluno com surdez” teve como objetivo geral estudar os processos de alfabetização e letramento de alunos com surdez na escola. E como objetivo específico analisar através de pesquisa bibliográfica, o histórico do processo de inclusão da pessoa com surdez na escola. Uma vez que, busca entender que letramento e a alfabetização são práticas bem ligadas e que buscam ser ensinadas de maneira eficaz, tendo o papel fundamental de inserir o indivíduo na sociedade, pois alfabetizar letrando significa ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita. Por outro lado, podem-se observar nas leituras que as escolas públicas necessitam de professores e equipe pedagógica capacitados, para garantir o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos com surdez que constituem um grupo heterogêneo, necessitando que os profissionais envolvidos na educação desse grupo conheçam e considerem as particularidades de cada educando para que possam alcançar êxito no processo educacional. Este estudo foi realizado por uma pesquisa bibliográfica por meio de livros, enciclopédia, CD-ROM, internet e revista. Dessa forma a análise permitiu concluir que o processo de integração escolar para pessoas surdas deve ser aplicado em todas as escolas, pois, a alfabetização em libras é parecida com a dos alunos ouvintes, na qual é utilizada a apropriação da escrita e alfabeto em Libras. Desse modo a inclusão de alunos com surdez, na escola, deve acontecer de forma mais precoce possível na Educação Infantil.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, Inclusão, Surdez.

ABSTRACT

The paper called "the alphabetization and literacy process in deaf students" has as general purpose the study of alphabetization and literacy process in deaf students in school. And as specific purpose to analyse by bibliographic research the record of deaf people inclusion process in school. Once that, it intends to understand that literacy and alphabetization are well connected practices and they intend to be taught in an effective way, playing the fundamental role of inserting the individual in the society, as teaching to read and write with literacy doctrines means teaching to read and write in the social practices context of reading and writing. On the other hand, we can observe by studies that public schools lack capable teachers and pedagogical team to assure deaf students development and learning who are in heterogeneous team and lack that the professionals involved in the education of this team come to know and consider the particularities of each learner to reach success in educational process. This paper has been accomplished by a bibliographic research using books, encyclopedia, CD-ROM, internet and magazines. Therefore the analysis allowed to conclude the school integration process for deaf people must be put in practice in every schools, because the sign language alphabetization (in Brazilian Portuguese Libras) is similar to the listener students', which one is used for writing and Libras alphabet acquisition. Thereby deaf students inclusion in school must happen as soon as possible, in Kindergarten.

KEYWORDS: alphabetization, literacy, inclusion, deafness

LISTA DE SIGLAS

CMEI's - Centros Municipais de Educação Infantil

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

SEA - Sistema de Escrita Alfabética

SUMÁRIO

2	ALGUMAS REFLEXOES SOBRE A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃ.....	12
2.1	A união da alfabetização com o letramento.....	14
2.1	Alfabetização e Inclusão da Criança Surda na Escola.....	14
2.2	A inclusão de alunos surdos nas escolas sob a visão dos autores.....	18
3	METODOLOGIA.....	26
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

A discussão atual acerca da questão dos direitos humanos, regidos pela Declaração dos Direitos Humanos, vem provocando mudanças nas estruturas organizacionais da sociedade. Uma das áreas que, notoriamente, vem sendo lugar de grandes modificações é o da Educação. Em 1948, estabeleceu-se na Declaração dos Direitos Humanos que “Todo ser humano tem direito à Educação”.

Assim, as instituições de ensino vêm se adequando para receber a todos os indivíduos, garantindo espaço à diversidade. Fala-se, mais especificamente, do atual processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas regulares, que rege sobre uma educação sem discriminação e sem preconceitos. (REVELLI, 2012, p.115).

Historicamente quando os alunos adentravam escola e apresentavam algum tipo de necessidade educativa especial eram deixados de lado, pois muitos os consideravam incapazes. A Constituição Federal de 1988 no Art. 208, inciso III garante atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, recursos humanos capacitados, materiais e equipamentos públicos adequados em escola próxima à sua residência.

O tema alfabetização é um dos mais estudados no meio educacional, principalmente nas rodas de conversas formais e informais entre educadores do país. É considerado um tema complexo e que apresenta vários desafios no sistema educacional brasileiro que vem passando por mudanças que visam garantir a melhoria no processo de alfabetização, porém as dificuldades estão cada vez maiores por diversos motivos.

Nesse contexto, não se fala apenas em alfabetizar (fazer com que o aluno domine o código linguístico), mas também em apresentar ao aluno o papel social que a escrita tem na nossa vida, o chamado fazer “letrar”. Nesse processo, o professor tem o papel de ensinar seus alunos a ler e a escrever de modo que eles saibam utilizar a leitura e a escrita socialmente.

Apesar de serem duas práticas que se diferem, não podem ser trabalhadas isoladamente. Como diz Soares (1998, p. 47), “alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita”.

Para tanto, este trabalho monográfico traz como objetivo geral estudar os processos de alfabetização e letramento de alunos com surdez na escola. E como objetivo específico analisar através de pesquisa bibliográfica, o histórico do processo de inclusão da pessoa surda na escola.

No ambiente escolar, a criança deve interagir firmemente com o caráter social da escrita, ler e escrever textos com bons significados. A alfabetização se ocupa da aquisição da escrita pelo indivíduo ou grupos de indivíduos. O letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.

O letramento e a alfabetização são práticas interligadas, que buscam ser ensinadas de maneira eficaz, tem o papel fundamental de inserir o indivíduo dentro da sociedade, pois, alfabetizar letrando significa ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita.

Para tanto, esse trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: a fundamentação teórica que traz uma discussão a partir de diversos autores sobre a inclusão e educação de pessoas com surdez. Em seguida a metodologia, que faz enfoque a importância da revisão bibliográfica e, posteriormente, as considerações finais.

2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO

O termo alfabetização surgiu na antiguidade, e vinha através de representações gráficas de mundo, através de desenhos e a representação gráfica de uma palavra por meio da escrita.

Segundo o dicionário Aurélio, o termo alfabetização quer dizer “v.t. ensinar a ler e a escrever. Dar instrução primária”. Desse modo, seguindo os pressupostos do Aurélio, o ato de alfabetizar, é uma ação que precisa da relação interpessoal onde o espaço de aprendizagem é a escola. É no âmbito escolar que ocorre uma aprendizagem com o objetivo de ensinar algo que venha contribuir para a mudança de um estado, uma condição, para suprir e conter o sentido e o sujeito em sua dispersão.

A escola não produz o analfabetismo, como apontam algumas interpretações, pois este, já é condição-carácter-qualidade do indivíduo mesmo antes dele ir para a escola. A escola confirma e valida esta condição, mascarando a sua função político social de conferir a cada aluno a causa de seu fracasso. Um indivíduo que está passando pelo processo de alfabetização, está, apenas, aprendendo a lidar com o domínio da leitura, enquanto ser analfabeto significa muito mais. Trata-se, inclusive de algo herdado: "analfabeto de pai e mãe". Além disso, a presença de termos como "absolutamente", "muito" e "rigorosamente" contribuem para fortalecer esta falta, e dar-lhe limites precisos dentro de um processo mais amplo de indeterminação.

Em princípio, o processo de alfabetização era realizado tendo como objetivo apenas o processo de memorização de letras para simplificar o número de letras e trazia de forma óbvia, como se devia proceder para ler e escrever. Na sociedade grega, o ato de se alfabetizar estava ligado ao meio de escrever não apenas as consoantes, mais também as vogais, mantendo assim o princípio acrofônico. Com isso, inventou-se o primeiro método de ensino de leitura, o método de soletração; escrita silábica – somente o uso das sílabas; escrita alfabética – o uso das consoantes e vogais.

A ortografia fixava a forma da escrita das palavras, evitando que dialetos diferentes escrevessem as mesmas palavras de maneiras diferentes. As letras eram identificadas pelo seu próprio som inicial: A = alfa / B = beta.

Durante a Idade Média, as atividades realizadas nas escolas, baseavam-se em ler, escrever, esporte, arte, e por meio dessas práticas fazia-se a preparação para a guerra, escola religiosa etc. Ensinava-se:

- a) o valor fonético das letras do alfabeto;
- b) a forma ortográfica das palavras;
- c) a interpretação gráfica das letras e suas variações: maiúsculas e minúsculas.

Aprendizagem de leitura era árdua e demorada, através do método de soletração, que empregava o nome e não o som das letras. Foi a partir do Renascimento que surgiu a famosa cartilha, século XV e XVI, através do uso da imprensa na Europa. As primeiras obras sobre alfabetização surgiram na Europa no século XV e XVIII.

No Brasil, as Escolas Normais surgiram no final do Império. O ensino das escolas públicas surgiu na 1ª metade deste século. Na busca de se ensinar o indivíduo a ler, fazendo uso das famosas cartilhas, o ensino oferecido nas escolas, dava ênfase à leitura, através de decifração e identificação das palavras, visando a melhor pronúncia.

Na década de 1950, a alfabetização era feita com ênfase total à produção da escrita, e não mais à leitura. Assim, começaram a parecer as palavras-chave, as sílabas e os textos elaborados somente com palavras já estudadas – tudo eclodiu através da pedagogia de Paulo Freire. As famosas e importantes cartilhas eram livros esquemáticos que dificultavam a explicação e para solucionar o problema, foi criado o manual do professor. A partir dos anos 50, aparecem os “exercícios de prontidão”, elaborados por psicólogos, baseado na teoria da carência sociocultural e na superioridade racial.

As páginas das cartilhas, eram vistos formas bem técnicas e já prontas que muitas vezes não facilitavam o trabalho do professor na alfabetização dos alunos, e ainda dificultavam as explicações, para tentar solucionar esse problema foi criado o manual do professor.

Atualmente, mesmo em meio a tantas evoluções, a alfabetização ainda apresenta traços daquela implementada anos atrás, como fazer uso das tradicionais cartilhas, mas que ainda são de grande utilidade no processo de alfabetização. A alfabetização tem como objetivo principal buscar um equilíbrio entre o processo ensino e aprendizagem.

O processo de alfabetização em nossos dias busca realizar um ensino que vise uma maior valorização da criança e seu trabalho, e que, também, melhore a relação que há entre professor e aluno. De uma maneira bem ampla, o processo de alfabetização ocorre quando o aluno descobre como o processo da escrita funciona, isto é, quando aprende a ler (segredo da alfabetização), a decifrar a escrita.

Para que haja um trabalho vitorioso dentro do processo de alfabetização, o professor/educador deverá buscar, a partir de sua prática, novas técnicas e métodos para melhor desempenhar sua função, visando avaliar suas atitudes, comportamento e aplicação de suas atividades da melhor maneira, de forma que seus alunos possam atingir o processo de alfabetização, pois é dentro da escola que criança inicia seu processo de socialização.

2.1. A união da alfabetização com o letramento

Neste tópico faremos considerações acerca dos benefícios adquiridos com a união dessas práticas de alfabetização e letramento, ambas extremamente importantes para o processo de inserção do indivíduo na sociedade altamente letrada na qual estamos inseridos.

Tomando por base as reflexões de Brandão (2004), sobre a metodologia de alfabetização, é possível compreender a importância da não separação e simultaneidade destes dois processos. Em seu famoso método de alfabetização, Freire propõe que se parta daquilo que é concreto e real para o sujeito, tornando a aprendizagem significativa, mas utilizando também os mecanismos de alfabetização.

Freire apresenta em sua obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), que à medida que o sujeito quanto vai abrindo sua visão de mundo, mais se liberta da opressão, ou seja, o sujeito que domina o mundo das letras e que já possui seus conhecimentos prévios, com um determinado ponto de vista, quando alfabetizado, pode modificar seus pensamentos, ampliando-os de forma que passa a refletir criticamente sobre a prática social. Freire acreditava ser fundamental que as pessoas compreendam o seu lugar no mundo e sua função social nele.

Desse modo, Para Freire (1996, p.14), “[...] percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de

sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo”.

Assim, fica cada vez mais evidenciada a importância do professor/educador na instrução do indivíduo, pois uma educação que liberta, leva o indivíduo a ter outra visão do mundo materialista no qual ele se encontra inserido. Portanto, de acordo com Tfouni (apud MORAES, 2005, p.4), “enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”.

Seguindo os pressupostos defendidos Tfouni, (apud MORAES, 2005, p.5), o letramento vai além do ler e escrever. O letramento tem sua função social, enquanto a alfabetização encarrega-se em preparar o indivíduo para a leitura e um desenvolvimento maior do letramento do sujeito. Nessa perspectiva, alfabetização e letramento se completam e enriquecem o desenvolvimento do aluno.

Alfabetizar letrando é uma prática necessária atualmente de nossas salas de aula, para que se possa atingir a tão desejada educação de qualidade, produzindo, assim, um ensino, em que os educandos não sejam apenas uma caixa de depósito de conhecimentos, mas que venham a ser seres pensantes, críticos reflexivos e transformadores da sociedade na qual se encontram inseridos.

Neste sentido, a alfabetização de Surdos não pode ser diferente, tanto quanto ao direito quanto a metodologias adequadas assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- Lei nº9394/96 no capítulo da Educação Especial Arts. 58, 59 e 60 entendem que o atendimento educacional especializado deve atender aos alunos surdos na rede regular de ensino. Acredita-se que alunos surdos e aqueles que possuem alguma dificuldade no processo de ensino aprendizagem não conseguem encontrar uma escola capacitada para atender esses alunos, devido à divergência entre legislação e prática.

Quanto à qualidade no atendimento as escolas públicas necessitam de professores e equipe pedagógica capacitados, para garantir o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais. Assim, a inclusão ocorrerá de fato e de direito. Os deficientes auditivos/surdos constituem um grupo muito heterogêneo e é necessário que os profissionais envolvidos na educação desse grupo conheçam e considerem suas particularidades para alcançar êxito no processo educacional. Portanto, é necessário oferecer-lhes uma educação

que promova o pleno desenvolvimento de suas capacidades, e não se esquecendo de defender os seus direitos constitucionais de uma educação pública de boa qualidade. Esse processo de integração escolar para surdos deve ser aplicado em todas as escolas. O processo de alfabetização em libras é parecido com os dos ouvintes, pois é utilizado à memorização, e o letramento é através de experiências e da consciência da diferença entre significações do tema aprendido ou compreendido.

De acordo com Soares (1998, p. 24):

A alfabetização ocorre por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, ou seja, através de atividades de letramento, e esta, por sua vez, só se realiza, efetivamente, por meio da aprendizagem das relações fonema/grafema. É importante ressaltar que os professores e os pais são peças fundamentais no processo de alfabetização dos surdos, assim os alunos surdos devem ser estimulados desde pequenos, para que eles possam estar mais preparados e familiarizados com sinais terão mais facilidade de aprender a Língua Brasileira de Sinais.

Desse modo, para que esse processo de alfabetização seja eficiente, os professores devem estar capacitados para incluir estes alunos junto aos ouvintes na sala de aula, não deixando no fundo da sala de aula, solitário como se fosse uma criança que não tivesse capacidade de ser alfabetizada.

Assim, o processo de Alfabetização do aluno surdo varia de acordo com a necessidade de cada aluno. Segundo Quadros (1997, p.43), os surdos têm o direito de ser alfabetizados na Libras, sua primeira língua e o português como segunda língua, para ter a possibilidade de se interagir com os ouvintes e toda a sociedade.

O fato de passar a ter contato com a língua portuguesa trazendo conceitos adquiridos na sua própria língua possibilitará um processo muito mais significativo. A leitura e a escrita podem passar a ter outro significado social se as crianças surdas se apropriarem da leitura e da escrita de sinais, isso potencializará a aquisição da leitura e da escrita do português (QUADROS, 1997, p.33).

Com isso, pode-se observar que na cultura surda não há o sentimento de perda auditiva. Se observamos o conteúdo expresso em uma apostila de ensino de língua portuguesa para surdos em 2004, que faz parte do programa nacional de

apoio a educação dos surdos, do ministério da educação, constatamos que não há limite entre a grandeza e a pequenez, e nenhum ser humano é exatamente igual ao outro. Por meio do programa, pode-se concluir que o indivíduo surdo não é melhor, nem pior que aquele que ouve, mas diferente.

Com isso, verifica-se que a língua materna do surdo é a Libras, uma vez que é esta a língua que ele adquire espontaneamente, e que ele pode dominar plenamente, pois utiliza o meio espaço visual, que é normalmente desenvolvido pelo indivíduo surdo, e a língua portuguesa é a sua segunda língua, já que ela é natural para este indivíduo e sua apropriação é comprometida. Rocha Coutinho esclarece a esse respeito quando escreve que:

[...] o deficiente auditivo apesar de contar com expressões faciais e movimentos corporais, não possui uma das fontes de informação mais rica da língua oral: monitorar sua própria fala e elaborar sutilezas através da entonação, volume de voz, hesitação etc.(ROCHA-COUTINHO 1986 p.79,80).

Dessa, forma, não podemos ignorar a diferença linguística entre surdo e ouvinte e o fato de que, desde a educação infantil, o aluno surdo tem direito a aprender sua própria língua.

Alguns alunos apresentam dificuldades de aprendizagem, muitas vezes necessitam de outros recursos e caminhos para se desenvolverem, e adquirirem conhecimentos demonstrando mais uma vez que o bom educador deve sempre buscar caminhos diferentes para os alunos, também diferentes, pois o que funciona para um não é garantia que dê o mesmo resultado para o outro.

Para que haja aprendizagem com os alunos surdos, muita coisa tem que mudar. O que mais se ouve é a cobrança no sentido da realização de cursos para a preparação dos professores. Entretanto, ao contrário do que muitos pensam nesse ponto, tomamos por base as teorias apresentadas por Botelho, onde ele diz:

Mesmo que os professores sejam bem preparados, mesmo que conheçam a cultura surda e a língua de sinais, ainda assim não é suficiente, pois não existe uma mesma língua compartilhada, circulando na sala de aula e na escola, condição indispensável para que os surdos tornem-se letrados (BOTELHO,2005,p.16).

Os alunos com necessidades especiais auditivas possuem dificuldades assim como os ouvintes, a alfabetização e o letramento deles são através da memorização, a professora mostra a figura e mostra o sinal, e dessa forma o aluno surdo vai aprendendo e memorizando o alfabeto, e todas as imagens que a professora mostra, para que ele possa viver em sociedade e aprender tudo que criança ouvintes aprendem nas escolas e pelo mundo a fora.

2.2. Alfabetização e Inclusão da Criança Surda na Escola

A alfabetização de crianças surdas tem sido um desafio, principalmente no que se refere à apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), cuja metodologia de ensino geralmente é centrada no som.

O caminho percorrido pela pessoa surda durante o processo de apropriação da escrita através de estímulos visuais faz com que esse processo tenha mais sentido para a pessoa surda.

O ensino da Libras é o elemento indispensável para que essa apropriação aconteça com sucesso, pois é a língua que dará o subsídio necessário, visto que, ela é a língua natural da pessoa surda, desse modo segue-se os preceitos defendidos por Quadros onde relata:

No entanto, atualmente a aquisição do português escrito por crianças surdas ainda é baseada no ensino do português para crianças ouvintes que adquirem o português falado. A criança surda é colocada em contato com a escrita do português para ser alfabetizada em português seguindo os mesmos passos e materiais utilizados nas escolas com as crianças falantes de português. Várias tentativas de alfabetizar a criança surda por meio do português já foram realizadas, desde a utilização de métodos artificiais de estruturação de linguagem até o uso do português sinalizado (QUADROS; 1997, p. 23).

A Resolução Nº 2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica

No art. 1, parágrafo único. Prevê que o atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis. Art. 7º O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica. Um dos recursos mais importantes na alfabetização de alunos surdos é o percurso semiótico, que é o estudo de signos ou significações, já que entendemos que a Língua Brasileira de Sinais são signos com significados e estes fazem com que pessoas surdas possam se comunicar e viver em sociedade.(BRASIL, 2001)

O estudo da semiótica que é o estudo de signos devem ser estudados pelos professores para que eles entendam e tenham o interesse na língua de sinais, porque quando temos o interesse aprendemos mais.

O processo de Alfabetização do aluno surdo é muito objetivo, pois os métodos variam de acordo com cada necessidade do aluno. O método para se alfabetizar em libras é a memorização.

A sala de recursos multifuncionais ou sala de atendimento educacional especializado fazem parte das propostas de inclusão em escolas regulares no sentido de superar as barreiras de comunicação que dificultam as práticas de letramento com crianças surdas. O Decreto nº 6.571/2008 institui que;

Art. 1º os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional. Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE: I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2008)

Neste momento em que vivemos é de fundamental importância fazermos uma reflexão sobre o meio social no qual nos encontramos inseridos, pois, é este que marca o indivíduo em suas diferenças e dessas surgem preconceitos, que muitas das vezes nos impedem de avançar e de realizar de fato uma mudança. A abordagem do preconceito é notória entre a maioria dos profissionais da educação, quando se trata da Língua Brasileira de Sinais - Libras, pois que, por não terem o conhecimento a cerca das peculiaridades da surdez e principalmente como os sujeitos surdos se comunicam, esses profissionais criam estereótipos que prejudicam o desenvolvimento da criança ou jovem surdo em seu processo de aprendizagem, acarretando um atraso de linguagem e trazendo conseqüências emocionais, sociais e cognitivas com defasagem na escolarização (LACERDA. 1997, p. 04).

Strobel (2001) em seus escritos defende que todas as crianças frequentem a escola regular, e esta deve se fazer apta a recebê-las. Mas o que acontece quando a primeira língua dos alunos não for o português? A questão se complica. Os surdos têm como primeira língua aquela com a qual se sentem mais à vontade, e que os

ajuda a expressar melhor ideias e sentimentos: a língua brasileira de sinais - Libras. E é por isso que, em sua maioria, a comunidade surda - representada, entre outros órgãos, pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) - defende não a inclusão em classes comuns, mas a existência de escolas bilíngues, com salas em que sejam ensinados a língua de sinais e o português escrito.

Sabemos que a inclusão escolar, até bem pouco tempo, não era um assunto de estado. Muitas são as polêmicas em relação ao tema, especificamente quando diz respeito ao acesso das pessoas com surdez à escola comum. Quase como num campo de batalha, estas ficam de um lado e, de outro, está quem defende a inclusão.

Na visão de Botelho (2005), entre outros autores, alertam para o fato de que o aluno surdo, frequentemente, não compartilha uma língua com seus colegas e professores, estando em desigualdade linguística em sala de aula, sem garantia de acesso aos conhecimentos, trabalhados, aspectos estes, em geral, não problematizados ou contemplados pelas práticas inclusivas.

Laplane (2004), argumenta que acreditar que valores e princípios da educação inclusiva sejam capazes de promover instituições mais justas do que aquelas que fundamentaram a segregação, compreender que o discurso em defesa da inclusão se constituiu historicamente como oposto ao da segregação e, nesse contexto, reconhecer a importância de destacar as vantagens da educação inclusiva não pode ocultar os problemas todos que esta mesma “educação inclusiva” impõe. A autora defende que a questão central dos ideais da educação inclusiva se confronta com a desigualdade social presente no Brasil e em outros países em desenvolvimento. Desse modo, segue-se o que diz Laplane, ao relatar que:

O “elogio da inclusão” apresenta a vantagem de arrolar argumentos para a defesa das políticas inclusivas. Mas para que seja realmente eficaz é preciso que o discurso se feche sobre si próprio, aparecendo como uma totalidade que não admite questionamentos (LAPLANE, 2004, pp. 17-18).

Ainda segundo Laplane (2004), as propostas de inclusão, neste sentido são bastante frágeis, pois, residem no fato de que, frequentemente, o discurso contradiz a realidade educacional brasileira, caracterizada por classes superlotadas, instalações físicas insuficientes, quadros docentes cuja formação deixa a desejar.

Essas condições de existência do sistema educacional põem em questão a própria ideia de inclusão como política que, simplesmente, propõe a inserção dos alunos nos contextos escolares presentes. Assim, o discurso mais corrente da inclusão a circunscreve no âmbito da educação formal, ignorando as relações desta com outras instituições sociais, apagando tensões e contradições nas quais se insere a política inclusiva, compreendida de forma mais ampla.

A primeira dificuldade geralmente está no desconhecimento, por parte da sociedade, da Língua Brasileira de Sinais - Libras. A maioria dos professores ainda não domina a Libras e, com isso, dificulta a aprendizagem das crianças surdas, pois faz com que elas não tenham acesso a um ensino-aprendizagem eficiente, e pautado em sua língua, que, aliás, é direito garantido pelo Decreto nº. 5.626/05.

CAPÍTULO II DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR. Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.(BRASIL, 2005)

Para aprender a escrita da Língua Portuguesa, o surdo deveria ter adquirido como primeira língua a Libras. Este contato deve começar na família, uma vez que esta ao utilizar a língua de sinais no seu cotidiano, a Libras passa a ser uma continuidade em outros espaços como a escola, no lazer entre outros, porém nem sempre a língua de sinais é conhecida nestes ambientes. Como justificativa para este fato, Quadros (1997) afirma que isso ocorre principalmente porque a maioria das crianças surdas são filhas de pais ouvintes.

Assim, a criança surda, por ter uma língua espaço-visual, busca nela o sentido que a levará a entender a escrita em Língua Portuguesa, mas para isso é importante que o seu direito seja respeitado: ter acesso à língua de sinais como primeira língua (L1), e aprender a Língua Portuguesa como segunda língua (L2).

É importante ressaltar que o contato com a Libras deve ser iniciado na Educação Infantil, mas, infelizmente, essa ainda não é a realidade de muitos surdos. Observamos durante o período de estágio que crianças surdas e ouvintes são agrupadas em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) e têm a mesma forma de ensino: baseada na oralidade e pouco visual, o que faz com que as crianças surdas sejam enquadradas em um processo de aprendizagem que beneficia apenas os ouvintes.

A reflexão sobre a língua surge a partir de experiências adquiridas pela criança com o tempo, em que ela começará a entender o sentido da língua dentro dos vários contextos existentes. Com isso, a criança irá transpor o significado de todos os processos vividos para a escrita, em que atribuirá um significado a ela. De acordo com os preceitos de Quadros

Ler e escrever em sinais e em português são processos complexos que envolvem uma série de tipos de competências e experiências de vida que as crianças trazem. As competências gramatical e comunicativa das crianças são elementos fundamentais para o desenvolvimento da leitura e escrita (QUADROS, 1997, p.31).

Diante disso, entendemos que se torna inviável a criança ser alfabetizada em uma segunda língua, sem ter domínio de uma primeira. O conhecimento de mundo que é trazido pela criança é de grande valia para que o desenvolvimento da língua escrita se dê de forma mais completa. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1996, p. 09).

Assim, tão importante quanto estar alfabetizado em uma língua escrita, é trazer essa leitura de mundo citada por Freire, que se mostra como primordial. A história da educação de surdos nos traz com clareza todo o processo enfrentado por esses sujeitos em busca da aprendizagem da língua oral e todos os aspectos negativos que este processo trouxe para a educação das pessoas surdas, como por

exemplo, o grande esforço exigido dos alunos surdos para que fizessem leitura labial, pois assim seria mais fácil a aprendizagem da leitura e escrita alfabética.

Segundo Goldfeld (1997, p. 23) “tal processo perdurou por quase cem anos e, infelizmente, ainda nos dias de hoje, há quem pregue a filosofia oralista acreditando ser a única que possibilita o aluno surdo ser alfabetizado.”

Hoje no Brasil, por meio de uma nova perspectiva educacional, que é a educação bilíngue, os alunos surdos têm a oportunidade de acesso a uma educação por meio da Libras, e apropriar-se da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita.

Sobre essa temática, os estudos sobre bilinguismo defendidos por Souza; Hautrive; Lorensi estão direcionados para o entendimento do surdo, suas potencialidades, sua língua, sua cultura, sua forma peculiar de pensar, de agir, etc., e não apenas para os aspectos ligados à surdez. Nesse sentido, as realidades psicossocial, cultural e linguística são consideradas como balizadoras e desencadeadoras do processo educacional (SOUZA; HAUTRIVE; LORENSI, 2006, p. 04).

[...] o bilinguismo não só respeita a língua dos surdos, como também considera outros aspectos que influenciam diretamente na educação desses sujeitos promovendo um melhor ensino-aprendizagem. É através do bilinguismo que a criança surda pode se apropriar da língua de sinais conhecendo seus vários aspectos e de adquirir a segunda língua (na modalidade escrita) com mais facilidade através de atividades e metodologias que facilitam a aprendizagem da Língua Portuguesa escrita.

Desse modo, a apropriação de uma segunda língua para o surdo é um processo, constituído por etapas que se sucedem no tempo, cujo ponto de partida é a Libras e o ponto de chegada é a escrita do Português. Diante disso, podemos confirmar que é construída ao longo de um processo. Mas para que essa aprendizagem seja efetiva, a criança surda deve partir de uma língua já internalizada que possa servir como base na aprendizagem de uma segunda língua.

A inclusão de alunos surdos nas escolas regulares da rede pública de educação em nosso país ainda é um grande desafio.

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola (LACERDA, 1997, p. 03).

Assim de acordo com Strobel:

As representações sociais de modo geral analisam na sua forma discursiva na linguagem em que se estimulam a respeito de suas identidades imaginárias, isto é, sendo concebidos como seres ouvintes, em uma dimensão histórica no contexto agradável e aceitável para a sociedade (STROBEL,2001, p.05).

Com essa concepção, Strobel sugere que o aluno surdo saia do anonimato em que vive atualmente realizando a desconstrução de conceitos de uma cultura silenciosa para uma cultura da deficiência, isso por meio de uma educação pública e inclusiva de qualidade.

3. METODOLOGIA

Todo trabalho acadêmico tem que ter um caráter científico, onde os professores chamam de pesquisa, a pesquisa científica está presente em todos os currículos das universidades, ressaltando assim sua importância no meio profissional. O mercado de trabalho cada vez mais exigente requer do profissional, que já não basta este ter conhecimentos teóricos e sim na realização de uma prática que busca a produção de novas ideias e conhecimentos. A pesquisa científica está ganhando o seu espaço nos cursos universitários, pois é dentro das universidades que se vivencia a cultura universal e que tem por finalidade o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo organizada para a formação de profissionais que atuarão na sociedade.

É objetivo da pesquisa científica, contribuir com a evolução dos saberes humanos em todos os setores, sendo sistematicamente planejada e executada através de rigorosos critérios de processamento das informações. Os trabalhos de graduação devem produzir ciência, ou dela derivar, ou acompanhar seu modelo de tratamento. Segundo Betti (2005 p. 34):

[...] tal área de atuação não se caracteriza, apenas, como uma ciência específica, mas como uma área acadêmica – profissional com necessidades e características próprias, que se vale das diversas ciências e da filosofia para construir seus objetos de reflexão e direcionar sua intervenção pedagógica.

Dentre os mais diversos autores que tratam do assunto pesquisa e sua importância para a vida estudantil, Lakatos apresenta sua concepção sobre fazer pesquisa, assim, ele relata:

Estabelecer um tema de pesquisa é, assim, demarcar um campo específico de desenhos e de esforços por conhecer, entender nosso mundo e nele e sobre ele agir de maneira lúcida e consequente. Mas o tema não será verdadeiro, não será encarnação determinada e prática do desejo, se não estiver na estrutura subjetiva, corporal, do desejado. Não pode o tema ser imposição alheia. Deve-se por ele tomar paixão, desejo trabalho, construído pelo próprio pesquisador. Da experiência antecedente, dos anteriores saberes vistos como insuficientes e limitantes nasce o desejo de conhecer mais e melhor

a partir de um foco concentrado de atenções. Não podemos tudo querer ao mesmo tempo. Muito menos podemos de fato querer o que não tem ligação com nossa própria vida, o que nela não se enraíza. (LAKATOS, 1992, p. 3)

Para tanto, esta pesquisa monográfica tem suas bases na pesquisa bibliográfica, a pesquisa realizada por meio de livros e, também, em outras fontes secundárias, por exemplo: enciclopédia, CD-ROM, internet e revista. Pode-se dizer que é a primeira incursão na atividade investigativa, pois geralmente é o primeiro modelo de pesquisa que é realizado na escola e na universidade. Essa pesquisa traz diferentes contribuições disponíveis sobre um tema. É de grande importância na vida acadêmica, pois auxilia na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da escolha do tema e na elaboração do relatório final. De acordo com Lakatos (1992):

[...] a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica. (LAKATOS 1992, p.44)

A pesquisa bibliográfica é realizada independentemente, isto é, percorre todos os passos formais do trabalho científico, em particular, em alguns setores das ciências humanas. Esta é parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando ambas são feitas com o objetivo de obter informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar.

Conclui-se que a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das ciências humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico buscou discutir as dificuldades do processo de alfabetização do aluno com surdez a luz de autores diversos possibilitando reflexões sobre a atuação do professor neste contexto.

A partir da revisão de literatura, foi possível refletir sobre os problemas da inclusão, e sobre a atuação do professor enquanto um profissional que deve cuidar para a efetivação do direito de todos à educação e à vida.

Dessa forma, vemos que uma postura aberta à mudança, por parte dos professores e da Escola, é fundamental dentro de uma perspectiva inclusiva. Postura essa que mostra a urgência da mudança do pensamento onde somente os educadores especiais podem trabalhar com alunos com necessidades especiais. Com isso, Damázio (2007), diz que:

No trabalho pedagógico com os alunos com surdez nas escolas comuns, em um ambiente bilíngüe, é indicado um período adicional de horas diárias de estudo para a execução do AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Podemos concluir através deste estudo bibliográfico que o processo de inclusão e ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos, nas escolas públicas está em andamento, uma vez que, os profissionais percebem a necessidade de maior conhecimento sobre a Língua de Sinais e de adaptação dos métodos de ensino aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Diante de tudo o que foi exposto verificou-se que as escolas ainda estão em processo de adequação ao processo de inclusão visto que, não tem sala de recursos, instrutores surdos/ouvintes, intérprete suficientes para atender todas as turmas e ainda os professores não têm curso de formação específica na Língua de Sinais.

Dessa forma, não há interação entre professor/alunos ouvintes e alunos surdos, pois os dois primeiros desconhecem a Libras, contudo, cabe salientar que, a aprendizagem da Libras pelos profissionais da educação e pelos demais alunos torna-se cada vez mais urgente, não como um mero instrumento para ensinar matérias, mas como parte de uma educação bilíngüe. E que os professores não ignorem a diversidade linguística dos surdos, sobretudo de Língua Portuguesa, mas,

que vejam com maior atenção e encarem como um desafio, de modo que os surdos possam receber o ensino de que acordo com suas necessidades.

No entanto, esse estudo buscou apresentar de forma simples e breve que o processo de inclusão deve acontecer desde a Educação Infantil, assim de acordo com Damázio (2007, p. 13) “as pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas.”

REFERÊNCIAS

BETTI, M. **Por uma teoria da prática**. Motus Corporis, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 33-127, 2005.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos – Ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev., Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. Nº9394/96.1996.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, modalidade Educação Especial. MEC;CEB.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**.MEC,CEB.2001.

BRASIL. Decreto nº5626/2005. **Ensino de Libras**. 2005.

BRASIL. Decreto nº6571/2008. **Sala de AEE**. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais - Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

DAMÁZIO, Mirlene F. M. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com surdez**. Curitiba: Cromos, 2007.

DUEK, V. P. **Docência e inclusão**: reflexões sobre a experiência de ser professor no contexto da escola inclusiva. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS, 2006.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da libertação**. Ação cultural para a liberdade. G.B: Penguin, 1996.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo, Plexus, 1997.

LACERDA, C.B.F. de **O processo dialógico entre aluno surdo e professor ouvinte: examinando a construção de conhecimentos**. In: GÓES; M.C.R; SMOLKA. (orgs.) A significação nos espaços educacionais: interação social e subjetivação. Campinas-SP: Papirus, 1997.

LAPLANE, A.L.F. **Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar**. In: GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 5-20.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, **Maria de Andrade**. **Metodologia do tra científico**. 4ed-São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

MORAES, M.G. **Alfabetização – Leitura do Mundo, Leitura da Palavra – E Letramento: algumas Aproximações**, 2005. Disponível em: <http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_26.pdf> Acesso em: 25 Outubro. 2014.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REVELLI – **Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas**. ISSN 1984-6576–v.4,n.1– março de 2012 – p.115-136.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Algumas considerações a respeito do uso da língua de sinais pelos deficientes auditivos**. Trabalhos em Lingüística Aplicada. nº 8. Campinas, 1986.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, E., HAUTRIVE, G., LORENSI, V. **Experiência de alfabetização de surdos numa proposta bilíngue.** 2006.

Disponível <<http://www.unifra.br/eventos/jornadaeducacao>. Acesso em 30 de Janeiro de 2015.

STROBEL, Karin Lilian. **Os desafios da inclusão:** uma experiência pessoal. Rio de Janeiro, Revista da Feneis nº 9, 2001.